



PORTARIA Nº 1583 DE 06 DE MAIO DE 2021.

O Presidente da Companhia de serviço de Cabo Frio – COMSERCAF, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso III, Lei Municipal nº 2.471, de 22 de janeiro de 2013.

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional da Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 70 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo 5º do artigo 123 e o artigo 124 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação TCE/RJ 277 que trata sobre a Prestação de Contas Anual de Gestão – PCA;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei 4769/1965 que trata das atribuições privativas do Profissional da Administração;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei 9295/46 que trata das atribuições privativas do Profissional de Contabilidade;

CONSIDERANDO o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBC – TSP;

CONSIDERANDO a necessidade de formação multidisciplinar dos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno apontado no Manual de Controle Interno do TCE/RJ.

CONSIDERANDO a necessidade de conformidade entre as ações de gestão e o desempenho operacional sob o enfoque da efetividade e eficácia.

CONSIDERANDO a necessidade precípua de planejamento e transparência da gestão pública conforme inteligência da Lei Complementar 101/2000 – LRF.

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e da segregação das atividades.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar os servidores **Anthony Marques Martins da Silva**, Administrador sob registro CRA/RJ 20-91063, Contador sob registro CRC/RJ 101038/O-7, nomeado Vice-Presidente desta Autarquia pela Portaria 1572/2021; **Maria de Fátima Marques de Faria**



Viana Fernandes; Gestora de Recursos Humanos, servidora do quadro efetivo sob matrícula nº 20130749; **Letícia Cristina Araujo Marcos;** Engenheira sob CREA/RJ nº 2018106636, nomeada Gerente de Departamento portaria nº 1556/2021; **Carlos Rogério Potz de Oliveira,** RG: 80646191-9, nomeado Gerente de Departamento portaria nº 1553/2021 e **Lucas Estevão,** servidor do quadro efetivo sob matrícula nº 20130405 às atribuições de auditoria nos termos das considerações acima, às análises e relatórios da Prestação de Contas Anual de Gestão – PCA, bem como às análises e pareceres nos processos de contratações e pagamentos de exercícios anteriores.

Único – A Presidência desta Comissão será exercida pelo primeiro servidor relacionado no caput.

Artigo 2º - A fiscalização relacionada a execução orçamentária, financeira e patrimonial determinadas pelo artigo 70 da Constituição Federal de 1988, assim como pelo artigo 124 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, deverão seguir os aspectos de planejamento, transparência, bem como os prazos intitulados pela LRF.

I – Caso seja identificado pela Diretoria de Controle Interno, no ato de suas atribuições de fiscalização, inconsistência na execução orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia, deverá no prazo de 30 (trinta) dias solicitar a abertura de auditoria a ser realizada por esta Comissão.

II – Após o conhecimento da auditoria, a Comissão deverá apresentar parecer conclusivo no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período justificáveis.

Artigo 3º - As auditorias obrigatórias na Prestações de Contas Anual de Gestão –PCA deverão ser realizadas no prazo impreterível de 60 (sessenta) dias.

I – O Ato Administrativo que contém o PCA deverá ser remetido a esta Comissão no prazo impreterível de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício a que se refere o PCA.

II – A comissão deverá apresentar parecer referente a análise do PCA quanto a regularidade ou irregularidade das contas da COMSERCAF.

Artigo 4º - A Comissão deverá apresentar planejamento com o cronograma dos processos que deverão sofrer auditorias operacional e de conformidade afim de avaliar os resultados obtidos pela gestão da Companhia.

I – O planejamento contendo o cronograma de processos deverá ser publicado no portal da transparência dentro dos 90 (noventa) dias iniciais da gestão por esta Comissão.

II – A seleção dos processos que deverão sofrer auditorias será por amostragem e deverão ser observados os critérios de oportunidade e conveniência, levando em consideração a relevância dos serviços essenciais prestados por esta Autarquia, a amplitude dos objetos contratados, os riscos de dano a erário por desvios de execução e,



no que couber, observar o critérios de seleção elencados no Manual de Auditorias do TCERJ.

III – A comissão deverá estabelecer o prazo de cada auditoria, não podendo ser superior à 120 (cento e vinte) dias.

IV – A comissão deverá publicar no portal da transparência o parecer conclusivo de cada auditoria no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o término da auditoria e ciência da Presidência.

Artigo 5º - A Comissão deverá analisar e emitir parecer conclusivo sobre os processos de pagamentos referentes aos restos a pagar, levando em consideração os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, sem se olvidar da cronologia de pagamento preceituado pelo Lei 8.666/1993.

Artigo 6º - Esta designação será exercida concomitantemente com as atribuições para qual os servidores foram nomeado e/ou empossados.

Artigo 7º - Fica revogada integralmente a portaria 1490 de 22 de fevereiro de 2021.

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos desde o dia 01 de Fevereiro de 2021.

Cabo Frio, 06 de Maio de 2021.

Heitor Pinto da Fonseca Junior
Presidente da COMSERCAF